

V Simpósio Nacional

Tema central: Austeridade, injustiça social, precarização da saúde

24 e 25 de novembro de 2017 – Belo Horizonte

Local: Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais

RELATÓRIO FINAL

O V Simpósio Nacional do Cebes contou com a mesa de abertura, três mesas de debates, grupos de discussão, seguido de exposição das principais conclusões no grande grupo, e uma plenária final.

A mesa de abertura foi composta por Cornelis Johannes van Stralen (presidente gestão 2015-2017), Edvalth Rodrigues Pereira (diretor da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais), Zélia Profeta (diretora da Fiocruz, Belo Horizonte) e Iola Gurgel (Abrasco). Todos enfatizaram o momento econômico e político nacional de crise e de retrocessos, com destaque para o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS) provocado pela atual gestão do Ministério da Saúde e pelas medidas de austeridade do governo Temer (PMDB), que tem como alvo principal as políticas sociais ampliadas nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Ressaltou-se a importância de fortalecer espaços de discussão e resistência como o do Cebes e de resgatar valores e princípios que orientaram o Movimento da Reforma Sanitária (MRS), a partir de meados da década de 1970, inclusive o tema da democracia que sempre esteve presente como bandeira do Cebes e do MRS.

A retomada de temas das décadas de 1970 e 1980 estaria indicando que não avançamos nada? As conquistas dos trabalhadores iniciadas nos anos de 1940 também foram atacadas nos anos de crise da ditadura militar. Contudo, naquele momento, conseguiu-se reverter e garantir, na Constituição Federal de 1988, o componente da seguridade social (previdência, assistência social e saúde). Agora, mais maduros, portadores de experiências e de um acúmulo que podem contribuir para o enfrentamento necessário no atual momento que o País vive.

O arco de alianças certamente não será o mesmo dos anos de 1970, é preciso repensar a frente de esquerda e sua composição na atual conjuntura da sociedade brasileira.

O V Simpósio Nacional foi destacado como momento importante para discutir e propor estratégias de enfrentamento uma vez que estamos mais preparados para reconstruir um SUS e uma política social inclusiva em nossa sociedade. Para isso, devemos convocar novos membros que não participaram dos movimentos sociais e da reforma sanitária nos anos de 1970 e 1980.

No encerramento da mesa de abertura, Cornelis ressaltou que o simpósio pode contribuir para entendermos melhor onde estamos e onde queremos chegar e para, ao final, propormos um projeto de ação de longo prazo mais próximo da realidade nacional e das exigências do momento.

MESA 1 – A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL: O ENGODO DAS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE

Coordenada por Lucia Souto, tendo como expositora Sonia Fleury e como debatedores Grazielle Custódio David e João Henrique Araújo Virgens.

Lúcia Souto abriu os trabalhos da mesa afirmando que chegamos a um grau crítico de tensão diante da democracia não só no nosso país, mas no mundo. Trata-se de uma crise em um macrocontexto global e uma tensão cada vez mais crescente entre capitalismo e democracia, e a saúde é parte da discussão das políticas radicalmente democráticas.

Os desafios são complexos, e sem distribuição de renda não há possibilidade de enfrentá-los. Do ponto de vista nacional, é imprescindível a construção de uma frente popular democrática que contribua para a construção de novas hegemonias, para enfrentar a desconstrução de direitos em marcha. Refere que o diálogo precisa ser intergeracional, ressignificando a democracia no atual contexto nacional e internacional com vistas à construção de um estado de bem-estar social. Para isso, é fundamental uma discussão densa sobre capitalismo para compreender o tamanho do problema, por fim, questiona se é viável um projeto em que 1% da população detenha a mesma quantidade de riqueza dos outros 99%?

Sonia Fleury iniciou sua fala recordando o momento de refundação do Cebes e da lucidez do grupo que se reuniu em 2006 para decidir os rumos da entidade. A opção em refundar o Cebes e não encerrar suas atividades se deu pelo entendimento de que o SUS não estava dado e que o Cebes ainda tinha um papel importante a cumprir no processo de construção do nosso sistema de saúde. Para ela, o Cebes está em um momento de retorno as suas origens quando se tinha dificuldades de toda ordem, falta de infraestrutura das entidades até mesmo para as reuniões, muito semelhante ao atual momento. Recuperar esse contexto pode servir de inspiração e motivação para superarmos as atuais adversidades, inclusive as vivenciadas pelo Cebes, do ponto de vista financeiro e organizativo.

Um ponto central levantado em sua exposição diz respeito à crise do capitalismo democrático (tema abordado na obra de Wolfgang Streeck), da incompatibilidade do atual estágio de desenvolvimento capitalista com a democracia característica dos anos de 1950. As democracias estão cada vez mais limitadas em sua capacidade de atuar, uma vez que não têm controle sobre as bases materiais do capitalismo.

Uma “Super Entidade” é formada por 147 grandes empresas corporativas, detendo o controle de cerca de 40% da produção do mundo, 737 empresas controlam 80% da riqueza e consumo mundial. Isso desestabiliza o capitalismo democrático, cujos Estados foram transformados de Estados arrecadadores em devedores. Atualmente, os Estados sem poder regulador e com pouca capacidade de atuar estão sob o controle do capitalismo financeiro e dessas empresas corporativas, fragilizando as democracias.

Nesse contexto de reprodução ampliada do capital com retrocessos democráticos, observa-se uma apatia das classes subalternas que pode ser explicada pelos recursos extraeconômicos utilizados pelo capitalismo, como o uso do tempo e a pressão que o desemprego causa nas pessoas.

A população transformou-se em um enorme consumidor, dessa forma, participa do jogo e dos instrumentos econômicos, produzindo um trabalhador mais passivo. Chico de Oliveira já falou disso apontando

que nossa classe trabalhadora investia fortemente no capitalismo que explora os trabalhadores. Assim, cresce o desafio da construção de um projeto contra-hegemônico que rompa com essa lógica.

O capitalismo democrático trabalha com dois princípios antagônicos: livre mercado e necessidade de direitos sociais, gerando um conflito em que cresce o “povo do mercado” e diminui o “povo do Estado”. O “povo do mercado”, representado pelo neoliberalismo, atua em várias escalas: nacional, internacional e local e está fora do jogo democrático, político, por exemplo, o Banco Central independente para garantir a ideologia do mercado. O “povo do Estado”, compreendido pelos cidadãos, restritos a escala nacional. Assim, foi criando-se uma ideologia do mercado internacionalizada e uma cidadania restringida ao espaço nacional: você é cidadão em um local, e não em outro. Soberania do povo não é igual a soberania estatal. É preciso uma economia moral, e não uma economia de mercado. O mercado foi planejado, mas a política social foi espontânea.

Outro ponto se refere à volta da discussão sobre populismo. Há uma disputa por constituir o povo como ator. Quem fala no lugar do povo? Quem vai constituí-los como atores? Populismo como busca de um significado: se o povo for menos organizado e mais manipulado vai ter indicadores sociais piores. Precisamos entrar nessa disputa falando com o povo. Ao rotular um governo como populista, retira-se o povo de qualquer participação política. O capitalismo não dialoga, é o capitalismo da espera pública midiaticizada que tem controle sobre as informações que chegam à população. É uma disputa clara de quem fala em nome do povo, essa disputa passa pela mídia. Como vamos falar com a população e participar dessa disputa? Temos que identificar quais as esferas públicas que não são controladas pelo capital, por exemplo, as redes sociais, os movimentos populares, nos quais vamos encontrar uma esfera pública que contempla pessoas que pensam diferente? Nesses espaços é que devemos estar.

Dos eleitores brasileiros, 72% recebem até dois salários mínimos, sendo a maioria conservadora, resistente aos movimentos sociais e que se posiciona à direita, mas é a favor da interferência do Estado, e mesmo os eleitores conservadores defendem a igualdade; é preciso atuar nessas contradições.

Na Europa, o que separa é a discussão da igualdade, aqui, a população acha que deve ter mais igualdade, porém precisamos mudar a posição conservadora e trazer a discussão da desigualdade para o centro do debate. Também trabalhamos pouco a questão do racismo: pesquisa mostrou que 98% da população conhece alguém racista, mas não se considera racista. Se não nos vemos como iguais, como ter e defender um SUS universal? Precisamos estar na disputa contra-hegemônica que não é setorial, é uma luta pelo universal.

A ideia de bem-estar social e a da própria reforma sanitária eram baseadas na noção de igualdade – a cidadania é um projeto igualitário, é uma igualdade política. Nada é igual na natureza, é um constructo político, e em que esfera da política as pessoas podem ser iguais? Essa igualdade foi assegurada por modelos diferentes de desmercantilização da vida. A partir da discussão sobre cidadania, pode-se chegar à igualdade.

Na cidadania invertida, você tem que provar que fracassou como cidadão para conseguir ser protegido, já a cidadania universal viria dos modelos das necessidades dos cidadãos. Na história, mudanças sociais, estruturais levaram a mudanças do bem-estar social. Agora estamos em um sistema dual: os pobres ficam de um lado, e os que possuem acesso, do outro. Saímos da discussão da necessidade das pessoas para os riscos, não se fala mais de justiça, mas dos riscos, riscos de ser idoso. O modelo de proteção social precisa ser analisado na visão da cidadania.

Na América Latina, nos governos democráticos de partidos de esquerda, não foram feitas as reformas estruturais que aumentam o poder popular, perdeu-se a oportunidade. Houve maior envolvimento dos governos Lula e Dilma com o campo popular, mas não reestruturaram, não houve reforma agrária e houve um atrelamento dos movimentos. Avançamos na redução da pobreza, mas não avançamos para reduzir a desigualdade. Não inventamos nem institucionalizamos uma forma de participar em um governo de esquerda.

Questões centrais para uma possível saída dessa situação: os Estados não pagarem as dívidas, fortalecer os Estados nacionais, tirar o poder dos Bancos Centrais, restringindo o poder econômico e ampliando o poder político. É preciso resgatar o lugar da política como central, o mercado não é inatingível. Experiências como a “geringonça” em Portugal indicam que há saídas: rompeu com as medidas de cortes nas pensões, salários, apoios assistenciais, restaurando direitos em direção ao “povo do Estado”. Portugal tem uma dívida enorme, terceiro lugar na Europa, e isso pode desestabilizar; há uma pressão externa, mas internamente é apoiado pela maioria da população. A postura da esquerda portuguesa mostra a possibilidade de ser diferente do que ocorreu na Grécia. Grazielle Custódio David, do núcleo de Brasília, iniciou citando a EC-95 do teto dos gastos que pode representar um retrocesso de 20 anos, pois trata-se de uma medida inconstitucional uma vez que fere o princípio do não retrocesso social. As medidas neoliberais postas em prática pelo atual governo estão sendo revistas até mesmo pelo FMI, que reconhece a sua ineficácia e as consequências sociais em várias partes do mundo, mas aqui nem as mudanças mínimas de redução da pobreza é aceito pelos neoliberais.

Em 2012, a taxa de juros no país alcançou seu valor mais baixo. Ao tomar a decisão política de diminuir a taxa de juros, causou uma revolta da elite econômica financeira. Nesse ano, começou uma mudança no direcionamento da política econômica no país: a agenda Fiesp com desoneração tributária que não satisfaz a elite. Em 2014, juntou a crise política com a econômica. Nesse cenário, no lugar de um diagnóstico correto da realidade, o discurso foi de que houve um gasto assistencial exagerado, um diagnóstico errado. Em 2015, o financiamento das políticas públicas foi reduzido, nenhum por via constitucional. Os eleitores não podem escolher a política econômica colocada em prática, perdemos em termos democráticos.

Finaliza levantando algumas questões como saída: renda mínima universal? Um novo pacto social?

João Henrique, do núcleo da Bahia, destacou elementos para o debate: (1) quem compõem os núcleos decisórios do Estado? (2) Como as ideias circulam na sociedade civil? (3) Base econômica.

Dentro de um Estado-nação, como o imperialismo atua? Existem nações, como a China, que podem se colocar como hegemônicas constituindo um mundo multipolar. Atualmente empresas multinacionais criam ligações diretas com os bancos (que deixam de ser trocadores de dinheiro e passam a ser investidores) por cima dos governos.

Citou o golpe de 2016 no Brasil como um conflito entre duas frações de classe: o capitalismo internacional e o capitalismo nacional (burguesia nacional), embora o que apareceu para a população foi a corrupção, que passou a ter um papel político central no processo. O uso da corrupção teve claramente um fim político.

A crise de 2008 se deu nos países do norte, que foi transferida para os países em desenvolvimento para garantir a reprodução do capitalismo e hegemonia dos EUA no mundo. Com a tendência de queda da taxa de lucro, o capital especulativo tenta recuperar o lucro.

MESA 2 – A VOLTA PARA O PASSADO, O WELFARE STATE LIBERAL E A AMBIGUIDADE DO SUS

Coordenada por Maria Eneida de Almeida, do núcleo de Chapecó, tendo como expositora Telma Maria Gonçalves Menecucci, Stephan Sperling e debatedor Itamar Lages.

Telma Menecucci, apesar de reconhecer que o Brasil já dispunha de um conjunto de políticas sociais com expressiva população coberta, ressalta que a Constituição Federal de 1988 “deu uma guinada normativa e institucional” ao colocar as políticas sociais no rol dos direitos, lançando as bases para uma nova forma de intervenção social do Estado, ampliando o acesso a bens e serviços públicos. Isso permitiu certo deslocamento do modelo meritocrático-particularista em direção ao modelo institucional-redistributivo, ou seja, uma proteção social mais universalista e igualitária, fundada na solidariedade implícita na forma de financiamento dos direitos assegurados. Com os dispositivos constitucionais, o Brasil acertava o passo com os países pioneiros na construção de estados de bem-estar. Na área da saúde, segundo Telma, verificou-se a mudança mais significativa tanto nos princípios normativos como no formato organizacional da política então vigente.

Entretanto, a criação desse sistema inclusivo não logrou incorporar todos os cidadãos à assistência pública uma vez que um expressivo contingente já vinha sendo absorvido por formas privadas de assistência. O próprio texto constitucional refletiu os acordos entre esses diferentes atores e suas ambiguidades entre alternativas inovadoras e padrões consolidados, resultado em um sistema híbrido e segmentado. Para Telma, a atuação governamental no período pós-constitucional expressa essa dualidade, uma vez que, concomitante aos esforços de implementar a política recém-criada, o tema da regulamentação dos planos privados entrou na agenda pública. Tal regulamentação não se deu no sentido de definir a inserção do setor privado na estrutura do SUS, mas de consolidar o funcionamento do sistema privado independente do público.

No processo de implementação do SUS, Telma destaca três movimentos: (1) a luta por financiamento (CPMF, EC 29/2000, Lei Complementar 141/2012 e royalties do petróleo); (2) a reorganização do modelo de atenção (PACS, PSF, CEO, NASF, CAPS, PMAQ, Requalifica, Mais Médicos) e (3) as relações federativas (CIT, CIB, Pacto pela Saúde, COAP, CIR).

Afirma que no processo de evolução das políticas sociais brasileiras, às vezes acelerado, outras claudicantes, o pior momento é o que estamos vivendo, prenunciando rupturas “que desafiam a possibilidade de prognósticos e indagam sobre que comemoração e possível nos 30 anos da constituição cidadã”.

Conclui afirmando que as incertezas atuais e as tendências claras indicam desfinanciamento, desregulamentação, ampliação do setor privado com menor regulação e redução da coordenação federal que contribuía para a redução das desigualdades nacionais, podendo representar o fim do ciclo de construção da cidadania social no Brasil.

Stephan, do núcleo de São Paulo, iniciou destacando a importância do contexto histórico e da mudança de época ante a crise. Trata-se de uma hegemonia que existia e que está cedendo lugar para algo que ainda não nasceu, apontando para uma mudança de época. Nesse contexto importante, resgatar a experiência do socialismo real, da república socialista soviética, que tinha um sistema descentralizado em cinco níveis. No campo da saúde, havia a figura do médico distrital que regulava.

A crise iniciada na década de 1970 provocou mudanças significativas. A ideia do recorte de programas específicos direcionados à população pobre se iniciou nessa década, com programas infantis que focavam somente em partes específicas em um pragmatismo vertical, afirmando que a atenção primária e o Estado brasileiro deveriam estar mais próximos da população. Herdamos algumas características desse processo. Quando diz para focar nas pessoas, não necessariamente se refere a focar no coletivo. Há contradições do processo histórico desde o sistema socialista até outros movimentos vivenciados para a retirada de direitos dos cidadãos.

Precisamos de um maior diálogo sobre o papel do Estado. Pautar a bandeira da saúde como direito é insuficiente perante o que estamos objetivando, diante da mudança que desejamos. Já que não é possível responder a todas as complexidades que estão expostas, é preciso pensar em uma atenção primária robusta, clara, ressignificando o Sistema Único Universal, ressignificar o nosso papel enquanto agentes sanitários. Como vamos ressignificar essa narrativa? Algo que parece perverso, porém ainda não nasceu, e é possível pensar em formas de organização ante as mudanças em curso.

Espera que a resposta sanitária que possamos dar nesse momento seja uma resposta qualificada para uma outra forma de vivenciar as políticas. É preciso ter muito cuidado nos períodos de crise quando uma nova geração se coloca e desconsidera o que outras gerações já haviam colocado. É uma grande responsabilidade nesse momento de visitar nosso processo histórico.

Itamar Lages, do núcleo de Pernambuco, homenageou o movimento dos trabalhadores de saúde mental do Recife, que estão fazendo um trabalho de resistência. Itamar citando a fala de Stephan frente às dificuldades diante do cenário colocado, indicou o documento de 1979 do Cebes e o documento de refundação da entidade como respostas do Cebes em momentos de tensão, mas questiona se todos os cebianos têm se apropriado das leituras e da produção teórica da entidade.

Analisa que nós que lutamos pela emancipação do mundo, fomos derrotados e agora devemos decidir para onde seguir. Tínhamos e temos um projeto, precisamos voltar a discuti-lo porque não estamos sem referência, alguns elementos já estão postos, porém não são utilizados.

No processo de construção do SUS, não conseguimos incluir os trabalhadores e populações específicas, como quilombolas. Está na hora de resgatar o arsenal que já construímos e que precisamos visitar. É importante, no aspecto específico da atenção básica, questionar se houve uma atenção básica antes do SUS, trabalhar na lógica interadministrativa e intersetorial. Pensar a atenção básica em uma articulação que agrega a seguridade social. “A gente sabe para onde ir, a gente tem um projeto”. Colocar para os jovens as organizações que criaram o SUS, e que, por sua vez, não se identificam conosco, este é o momento de fazer isso.

RELATO DAS DISCUSSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

Como parte da programação do simpósio, após cada mesa redonda, foram formados grupos de discussão para debater e aprofundar os temas apresentados, cuja síntese de cada grupo foi apresentada ao grande grupo por um relator escolhido entre os participantes.

Além disso, as discussões nos pequenos grupos visavam construir um projeto para a próxima gestão do Cebes (2018 – 2019) e podem ser sintetizadas em três grandes conjuntos de proposições: (1) A conjuntura atual e o Cebes como ator político nacional; (2) organização interna do Cebes; e (3) estratégias de ação política da entidade no curto e médio prazo.

Houve um consenso de que o projeto original do Cebes continua vivo. Portanto, a atual bandeira da entidade deve ser: saúde, democracia e socialismo.

(1) A conjuntura atual e o Cebes como ator político nacional

- Há um reconhecimento do papel do Cebes na construção do SUS, com movimentos sociais e Conselho Nacional de Saúde (CNS);
- O papel ampliado do Cebes ultrapassa os limites da entidade. O projeto político construído coletivamente durante os simpósios deve ser assumido individualmente por todos os cebianos;
- A defesa da saúde como direito;
- O capitalismo financeiro rompe com o que era defendido pelo capitalismo democrático, como, por exemplo, a defesa da igualdade, utilizando o falso discurso da liberdade de escolha dos indivíduos;
- Momento da crise do capitalismo, sente-se a falta da identificação de classes em que se define onde o povo verdadeiramente se posiciona e afirma que, para a retomada de poder no SUS, é preciso que a classe trabalhadora se posicione;
- O SUS é ameaçado tanto em espaços de direita como de esquerda. Ex: a escola Estadual de Saúde Pública de Minas Gerais foi ameaçada de ser fechada ano passado em uma gestão do partido dos trabalhadores;
- O voto não é mais o principal elemento para a mudança. A mudança de cadeiras e representantes não faz do nosso país uma sociedade política justa;
- O Brasil precisa enfrentar e conhecer, de fato, seus problemas originais, o nascimento histórico de suas dificuldades, os erros e acertos, ainda que parciais;
- Aprender com as experiências passadas. Nos anos 1970 e 1980, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) foram importantes para a formação política do povo, papel que hoje, pela permeabilidade que tem, poderia ser feito pelos trabalhadores da saúde das Unidades Básicas de Saúde;
- Atualmente, observa-se uma fissura entre a percepção popular sobre o SUS e o MRS, como resolver isso? Talvez reinterpretando, realfabetizando a academia a partir do entendimento do trabalhador e da população;
- Devemos entender que este é um momento de resistência, de denúncia, análise e proposições;

- É preciso termos claro o que vamos defender para o cuidado neste século que se inicia;
- Por fim, precisamos ampliar o conceito de seguridade para a sociedade.

(2) Organização interna do Cebes

- Criar uma comissão que discuta a estrutura administrativa do Cebes e seu estatuto para atender tanto às demandas dos militantes da entidade, sua organização interna, como à relação com outros atores sociais e com os núcleos como representantes legítimos do Cebes;
- Foi sugerido ampliar o número de núcleos e comissões criando mais coletivos, já que há movimentos que surgem somente com um objetivo imediato e depois desaparecem;
- Questionou-se a verticalidade das decisões, apontando a necessidade de utilizar as tecnologias disponíveis para ampliar a participação nas decisões;
- Os núcleos devem realizar pré-simpósios ao longo do ano se assumindo como formuladores de propostas, elaborando documentos e teses que orientem o debate. Dessa forma, devem se constituir em espaços de estudo e formação política. Alguns temas sugeridos para estudo: a nova PNAB, retomar os clássicos da Saúde Coletiva, a privatização na saúde, o trabalho em saúde, o conceito de seguridade social em sentido ampliado e orçamento público, além do tema da democracia;
- Precisamos criar espaços que deem um gás e revigorem nossos corações, substituindo o desmonte de sentidos e a falta de esperança que nos assola pela esperança e pela utopia;
- Os núcleos devem atuar tanto nos espaços institucionalizados (Conselhos) como nos não institucionalizados (movimentos sociais);
- A organização dos núcleos deve ser colegiada, com rodízio nas atribuições para evitar o desmonte do núcleo. Da mesma forma, a diretoria nacional não pode ter cargos vagos, devem ser substituídas as pessoas que, por alguma razão, deixam de atuar sistematicamente.

(3) Estratégias de ação política no curto e médio prazo

- Em 2018, o Cebes deve atuar em análises sobre os 30 anos da Constituição Federal (CF) e sobre os ganhos em termos de direitos sociais, com destaque para o capítulo da seguridade social e da criação do SUS. Mostrar a positividade das políticas sociais como forma de sensibilização da sociedade. Resgatar o espírito de 1988, com valorização da saúde coletiva, dos profissionais e usuários, humanização do ser, respeitando as suas escolhas. Os meios utilizados para alimentar o debate ao longo do ano podem ser: elaboração e/ou

compartilhamento de documentos, teses, videoaulas, projetos de extensão, curso *on-line* em linguagem popular, cartilhas para iniciantes, observatórios e realização de pré-simpósios;

- O SUS precisa ser apropriado publicamente, e o Cebes pode contribuir para isso, assumindo o seu papel de formação de quadros e de articulação política. O diálogo com o trabalhador da saúde precisa estar no centro da agenda política do Cebes. Da mesma forma, precisa manter o seu lado acadêmico, como a publicação da revista ‘Saúde em Debate’ e de outras publicações, ou seja, unir o conhecimento teórico com a formação e intervenção política. Nesse sentido, uma estratégia de ação poderia ser participar das reuniões das ESF, falar sobre o MRS, utilizando material didático que poderia ser usado tanto para envolver os trabalhadores da saúde na defesa da saúde como direito como no diálogo com os usuários;
- Continuar com a divulgação das análises de conjuntura, que instrumentaliza os cebianos para atuarem e intervirem no nível local;
- Contribuir para o fortalecimento institucional dos conselhos de saúde e ampliação da formação dos seus conselheiros;
- No campo doutrinário do SUS, defender a capacidade de ousar e criar, valorizando e reafirmando as políticas de Estado como valor social, acima das políticas partidárias e governamentais, com estratégias sociais de apropriação pública do SUS;
- Considerar os espaços de formação, tanto na graduação como na pós-graduação, como importantes meios para provocar mudanças. Os currículos são campos de disputas no interior das escolas de formação;
- Dialogar com a população e com os trabalhadores do SUS sobre as consequências do desmonte da Atenção Básica, por meio da nova PNAB, que rompe com a ideia de um sistema que tem esse nível de atenção como estruturante. Nesse sentido, os cebianos devem assumir o compromisso de “estar com o povo”;
- Investir em comunicação com linguagem acessível, como, por exemplo, uma página do Cebes no YouTube para disseminar resumos dos debates de forma didática;
- Participar ativamente do fórum social mundial, a ser realizado de 13 a 17 de março em Salvador, para fortalecer a relação com outros movimentos sociais;
- Os debates devem avançar para além do projeto SUS e recuperar o projeto da reforma sanitária, que era um projeto amplo de mudança da sociedade. Não devemos desistir dessa utopia, mas devemos saber com o que realmente podemos contar;
- Criação de uma frente nacional na luta pelo SUS, articulando com outras frentes em defesa do SUS e frentes amplas, levando o projeto do Cebes;

- Debater os determinantes sociais para a formação política na periferia. Ex: aproximação com a população rural, pequenos produtores, sobre exposição aos agrotóxicos, soberania alimentar e nutrição;
- O Cebes só existe e é vivo com todo mundo. Por isso, precisamos de espaços horizontalizados, em que caibam todos: mulher negra, pessoas de rua, camponês, operário, feminista, trazendo outros setores institucionais, como Ministério Público, segurança, judiciário;
- Precisamos criar uma agenda de luta também com parlamentos, exercício cotidiano de ação política com o parlamento (núcleo de Brasília), assembleias estaduais, câmaras de vereadores;
- Estabelecer articulações com outros movimentos que discutem a saúde em outra lógica, como o MST;
- De imediato, lutar pela revogação da EC-95 e da Lei que autorizou o capital estrangeiro na saúde;
- A tese do Cebes para o novo período deve continuar analisando criticamente a conjuntura nacional. Além disso, os documentos do Cebes devem ser escritos contemplando e ampliando a diversidade cultural.